



Congresso pode votar LDO 2016 e mudança na meta fiscal de 2015

Marcos Oliveira/Agência Senado — 18/11/2015



Propostas estão na pauta da sessão conjunta do Senado e da Câmara marcada para amanhã. Mas antes é preciso analisar os vetos presidenciais pendentes

A mudança na meta fiscal deste ano foi pedida pelo governo e aprovada pela Comissão Mista de Orçamento. Pela proposta, que tem de passar pelo Plenário do Congresso, o Executivo prevê um saldo negativo nas contas da União de até R\$ 119,9 bilhões.

Inicialmente, o governo previa alcançar um saldo positivo de R\$ 55,3 bilhões neste ano. Mas o resultado se tornou inviável, em parte pela queda na arrecada-

ção. Até setembro, o déficit primário da União já estava em R\$ 22,2 bilhões — o pior valor para o período desde 1997.

Já a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016 é essencial na elaboração do Orçamento da União para o próximo ano.

Essas propostas só podem ser votadas depois de analisados três vetos presidenciais. Entre eles, o que barra a elevação para 75 anos da aposentadoria compulsória dos servidores públicos. **3**

Renan Calheiros preside sessão do Congresso que durou mais de 11 horas, na quarta-feira

Jovens senadores de 2015 votam sugestões para propostas de lei

Os participantes do Projeto Jovem Senador concluíram na sexta-feira os trabalhos da edição 2015. Na semana passada, em Brasília, eles conheceram o processo legislativo, acompanharam os trabalhos do Congresso e das comissões e também sugeriram propostas. No

último dia do programa, eles votaram essas sugestões. As ideias aprovadas pelos jovens serão analisadas como sugestões legislativas pela Comissão de Direitos Humanos e podem vir a tramitar no Senado como projeto de lei de autoria do colegiado. **4**

Jefferson Ruy/Agência Senado



Plenário durante a votação das sugestões pelos jovens senadores de 2015

Comissão discute Simples Nacional em São Paulo **2**

Senado aprova repúdio aos atos de terrorismo **4**

Agenda Brasil é destaque na pauta do Plenário

Propostas que buscam retomar o crescimento poderão ser votadas, incluindo a que cria a Autoridade Fiscal Independente. Mas antes é preciso analisar uma medida provisória. **3**



Publicação de e-books contribui para economia e sustentabilidade

Reprodução



Desde 2013, houve 27,7 mil downloads de e-books publicados pelo Senado

O Senado tem como meta para o próximo ano publicar 40 títulos de livros digitais. O número dobra o total de lançamentos deste ano. Os e-books reproduzem textos legais, são disponibilizados no formato e-pub e podem ser baixados de graça pelo site da Livraria Virtual do Senado. **2**

ACONTECEU NO SENADO

Veto à impressão de voto foi derrubado no Congresso

A análise de vetos presidenciais marcou a última semana no Congresso. Dois foram derrubados: o que suspendia a impressão dos votos nas eleições e o que cancelava o limite de 15 dias para transferência de depósitos judiciais aos estados e municípios. Entre os 12 vetos mantidos, estão o reajuste de servidores do Judiciário e a proibição de doação de pessoa jurídica para campanhas. **4**



Nas próximas eleições, a urna eletrônica imprimirá o registro de cada voto

Mari Nogueira/Agência Senado

Senado deve dobrar publicações de e-books

Meta para 2016 é elevar a cerca de 40 os livros que possam ser lidos em tablets, celulares e computadores, com economia de recursos orçamentários e ganhos em sustentabilidade



O SENADO PUBLICOU neste ano 19 títulos em formato digital. São livros que reproduzem textos legais, como a Constituição e o Código Penal, e podem ser baixados gratuitamente. O Código de Processo Civil e Legislação Correlata é a publicação que teve o maior número de downloads, 6.396 de janeiro de 2013 até o último dia 18. Segundo o chefe do Serviço de Publicações Técnico-Legislativas, Raphael Rocha Melleiro, o objetivo é dobrar, em um ano, as edições que podem ser lidas em tablets, celulares e computadores.

— A ideia é ampliar as pu-

blicações, focando não apenas na quantidade, mas também na qualidade. Temos uma coleção voltada para a legislação como um todo e a outra para a legislação ambiental — afirmou Melleiro, ressaltando que o acervo é composto por 20 obras em formato digital.

Os livros digitais, também conhecidos como e-books, são disponibilizados no formato e-pub — abreviação de *electronic publication*. Trata-se de um formato de arquivo escolhido com o intuito de tornar o conteúdo adaptável às diversas plataformas existentes no mercado, explica o chefe de serviço.

— Como é um padrão internacional, é compatível com a maioria dos dispositivos móveis. É um formato de fácil acesso que oferece opções de leitura fluido — destacou.

Para visualizar uma publicação em e-pub, é preciso instalar um leitor específico no computador ou dispositivo móvel. No caso de notebooks e desktops, é preciso baixar um programa; no caso de dispositivos como celulares e tablets, basta baixar um aplicativo. Visualmente, os e-books são semelhantes aos livros

impressos e ainda permitem a realização de marcações e anotações.

De acordo com Melleiro, o formato garante acessibilidade a pessoas com deficiência visual, já que o e-pub possui compatibilidade com aparelhos que contam com recursos de áudio.

Sustentabilidade

A coordenadora do Núcleo de Coordenação das Ações Socioambientais do Senado, Andrea Bakaj, afirma que as publicações digitais estão alinhadas tanto com a Carta de Compromissos da Casa quanto com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

— Com os e-books, é possível economizar muitos recursos [orçamentários]. Além disso, há a questão da sustentabilidade, já que a geração de resíduos é minimizada. É importante lembrar que esses livros também são uma forma de garantir acessibilidade a pessoas com deficiência visual.

Os títulos em formato digital estão na Livraria Virtual do Senado.

Livraria Virtual do Senado:
<http://bit.ly/livrariavirtual>

Acesso digital
Desde 2013...

58,7 mil e-books foram visualizados

27,7 mil e-books foram baixados

Limite para entrar no Simples será debatido em SP

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai hoje a São Paulo discutir o PLC 125/2015 — Complementar, que aumenta o limite para enquadramento da microempresa no regime do Simples Nacional. Serão ouvidos o diretor-presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, e o diretor do Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Milton Antonio Bogus, a partir das 15h, no auditório da assembleia legislativa do estado.

O PLC 125/2015 aumenta

o limite de enquadramento da microempresa no regime especial de tributação do Simples Nacional. Com isso, a receita bruta anual máxima permitida para a microempresa no Supersimples passará de R\$ 360 mil para R\$ 900 mil. No caso das empresas de pequeno porte, a participação será permitida para o intervalo de R\$ 900 mil a R\$ 14,4 milhões anuais. Atualmente, é de R\$ 360 mil a R\$ 3,6 milhões.

O encontro é uma iniciativa da relatora do projeto na comissão, Marta Suplicy (PMDB-SP). Ela destacou que o atual modelo desestimula

o crescimento das empresas pela ausência de mecanismos de progressividade razoável da tributação e de transição para outros regimes tributários.

— É inegável que o Brasil necessita se desburocratizar e é incontestável que nosso sistema tributário precisa de muitos aprimoramentos em toda as esferas da Federação, contudo não se pode deixar de observar a alteração proposta pelo PLC 125/2015, que se torna um passo importante para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples — defendeu.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA	CDH Comunicação pública 9h Audiência pública interativa. CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS Bahia 10h A CPI ouve representantes da Secretaria de Segurança, Defensoria Pública e Vara de Infância, todos da Bahia. COMISSÃO DE JURISTAS Lei do Desporto 10h Debate sobre a prática profissional. PLENÁRIO Pronunciamentos 14h Pronunciamentos e avisos. CAE Diligência na Alesp 15h Aumento do limite para enquadramento no Simples Nacional.	COMISSÃO MISTA MP 690 15h Comissão analisa MP dos tributos de eletrônicos e bebidas. SESSÃO DO CONGRESSO Vetos 19h Apreciação de vetos e projetos de lei.
TERÇA	COMISSÃO DE JURISTAS Lei do Desporto 9h Direito e dever dos torcedores. CDH Movimento Pró-Associativismo 9h Audiência pública. CAE/CCT Marco de ciência e tecnologia 9h30 Reunião deliberativa. CMA Remédio para emagrecer 9h30 Reunião deliberativa. CCT Gastos com publicidade 9h55 Reunião deliberativa. CAE Limite para dívida da União 10h Reunião deliberativa. CRE Acordo Transpacífico 10h Audiência pública interativa. CE Revalidação de diploma médico 11h30 Reunião deliberativa ORÇAMENTO Colégio de Líderes 13h30 Reunião do colegiado de líderes. COMISSÃO MISTA Porte de arma 14h MP 693/2015, sobre porte de arma para auditor e analista da Receita Federal. CDH 60 anos do Dieese 14h Audiência pública interativa. PLENÁRIO Usinas hidrelétricas 14h MP 688/2015, que compensa usinas hidrelétricas pelo déficit na geração de energia. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Medidas 14h Audiência pública. CPI DO HSBC Reunião 14h30 Reunião de trabalho. MERCOSUL Tarifa aeroportuária 14h30 Reunião deliberativa. ORÇAMENTO LOA 2016 14h30/16h30 Reunião sobre o Orçamento.	CAS Direitos dos idosos 9h Audiência sobre direito dos idosos. DESENVOLVIMENTO REGIONAL Sudam 9h Reunião deliberativa. INSTITUCIONAL Pessoa com deficiência 10h Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. SESSÃO TEMÁTICA Desastre ambiental 11h Debate sobre a targédia em Mariana. ORÇAMENTO LOA 2016 14h/16h30 Reunião sobre o Orçamento. AGENDA BRASIL Depósitos judiciais 14h30 Reunião deliberativa da comissão. CPI DO FUTEBOL Requerimentos 14h30 A CPI analisa requerimentos. MP 695/2015 Loteria e bancos 14h30 Comissão analisa MP que amplia exploração da raspadinha Lotex e permite ao Banco do Brasil e à Caixa adquirir participação em instituições financeiras. CMC Seca do Rio São Francisco 14h30 Audiência pública da comissão. MP 696/2015 Presidência 15h Comissão analisa a MP 696/2015, que reestrutura a Presidência da República. CI Política energética 8h30 Audiência sobre o setor de energia. ORÇAMENTO LOA 2016 9h30 Reunião para discutir o Orçamento. CE Escolha de reitores 10h Audiência sobre eleição de reitores. CRE Lavra de minerais na fronteira 10h Análise de texto sobre mineração. SESSÃO ESPECIAL Consciência negra 11h Comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra e entrega da Comenda Senador Abdias Nascimento.
QUARTA		CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS MT 10h A CPI ouve representantes das secretarias de Justiça e de Segurança e do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, todos de Mato Grosso.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, audiência pública da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burtle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

LDO 2016 e mudança na meta fiscal de 2015 estão na pauta do Congresso

Antes, porém, senadores e deputados terão de analisar na sessão conjunta marcada para amanhã três vetos presidenciais a projetos de lei

A LEI DE Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016 e o projeto de lei que altera a meta fiscal de 2015 autorizando o governo a fechar este ano com déficit primário de até R\$ 119,9 bilhões estão na pauta da sessão do Congresso marcada para amanhã.

A meta fiscal prevista para 2015 era um superávit de R\$ 55,3 bilhões. No entanto, o resultado das contas da União apurado até setembro foi um déficit de R\$ 22,2 bilhões, o menor valor registrado para o período desde 1997.

A alteração na meta, pedida pelo governo por meio de um projeto de lei (PLN 5/2015), foi aprovada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) no dia

17. A justificativa do governo para a mudança foi a queda na receita.

O texto aprovado na CMO permite que o Executivo reduza o esforço fiscal de modo a ampliar o déficit. Com isso, as contas da União poderão ter um déficit entre R\$ 51,8 bilhões e R\$ 119,9 bilhões.

Qualquer número nesse intervalo deixará o governo dentro da meta de resultado primário (valor apurado antes do pagamento dos juros da dívida pública).

Bengala

Os projetos orçamentários só poderão ser votados, contudo, depois que o Congresso Nacional limpar a pauta de

vetos presidenciais pendentes de análise.

O veto total ao PLS 274/2015, de José Serra (PSDB-SP), que elevava para 75 anos a aposentadoria compulsória dos servidores públicos, é um dos itens para votação.

Em maio, o Congresso promulgou a Emenda Constitucional 88/2015, resultante da chamada PEC da Bengala, que aumentou de 70 para 75 anos a idade para a aposentadoria compulsória dos ministros dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em seguida, a Câmara e o Senado aprovaram a extensão do novo limite a todo o serviço público.

Ao vetar o PLS 274/2015, a presidente Dilma Rousseff alegou que o tema do projeto é de iniciativa privativa da Presidência da República.

Turismo

Também está na pauta o veto parcial ao PLC 19/2011, que inclui o turismo rural no conjunto de atividades do campo. Pelo projeto, o produtor rural pode receber visitantes por meio de agências de turismo e contar com nova fonte de receitas.

De acordo com o governo, a parte vetada poderia beneficiar certas atividades turísticas que, no entender do Executivo, não são rurais.

Por fim, deve ser analisado o veto parcial ao PLV 13/2015, proveniente da Medida Provisória (MP) 679/2015. O projeto permite o uso de imóveis da União e dá garantia de fornecimento de energia elétrica nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.

Uma mudança na MP, vetada pela presidente Dilma Rousseff, incluiu a criação do Programa Nacional de Habitação dos Profissionais de Segurança Pública no âmbito do Minha Casa, Minha Vida.

Na justificativa do veto, a presidente alega que a proposta criaria um subprograma voltado para um segmento profissional específico, sem estipular critérios relacionados à renda dos beneficiários. Isso desvirtuaria, segundo ela, os objetivos do programa.

Educação igual diminui racismo, diz Cristovam

A desigualdade da educação oferecida a ricos e pobres no Brasil está na raiz do preconceito racial, na avaliação de Cristovam Buarque (PDT-DF).



— Se a gente tivesse dado educação igual para todos, nós não teríamos os preconceitos raciais que temos, porque os preconceitos vêm da exclusão de alguns e os negros no Brasil foram excluídos da educação ao longo do tempo — disse.

O senador lembrou a passagem do Dia da Consciência Negra, na sexta-feira.

Telmário: escola precisa debater violência

Telmário Mota (PDT-RR) sugeriu a inclusão do tema violência contra a mulher na grade curricular das escolas como um caminho para tentar reverter o problema no Brasil.



O país, apontou Telmário, tem uma taxa de 4,8 homicídios por cada 100 mil mulheres, a quinta maior do mundo.

— Nós tínhamos que colocar na grade curricular, trazer lá da infância um novo comportamento, uma nova direção, um novo costume para a nossa sociedade.



A Comissão Mista de Orçamento aprovou mudança na meta fiscal, permitindo déficit entre R\$ 51,8 bilhões e R\$ 119,9 bilhões

Se MP for votada, textos da Agenda Brasil podem ser analisados

AGENDA BRASIL

A pauta da semana começa trancada pelo Projeto de Lei de Conversão (PLV) 23/2015, decorrente da Medida Provisória (MP) 688/2015, que compensa as usinas hidrelétricas pelo déficit na geração de energia em razão da escassez de chuvas.

A medida prevê novas regras para o leilão das usinas que não aderiram à prorrogação das concessões com redução de tarifas, proposta pela Lei 12.783/2013. O objetivo do governo é sair do déficit econômico registrado pela redução na geração de energia, em razão da opção pelo uso de termelétricas para preservar o nível dos reservatórios. A MP transfere ao consumidor final o futuro risco hidrológico (pela falta de chuvas) na geração hidrelétrica de energia e prorroga contratos das usinas

ou suas concessões para compensar os prejuízos de 2015 com a geração menor.

Os prejuízos acumulados até o segundo semestre de 2015 pelas usinas estão em torno de R\$ 13 bilhões. Esse valor não será repassado aos consumidores devido à prorrogação temporária dos contratos ou das concessões pelo tempo necessário à amortização do valor. A adesão das empresas geradoras a essa sistemática será voluntária.

Além disso, as geradoras podem escolher se querem assumir um risco pela energia contratada a partir de 2016. Uma parte desse risco será coberta por um prêmio pago pelos geradores aos distribuidores, como um seguro, que será utilizado para reduzir a tarifa, por meio de repasses da conta de bandeiras tarifárias, cobradas dos consumidores. A outra parte será coberta

por investimentos em nova capacidade para as usinas. A MP tem a relatoria do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Autoridade Fiscal

Também consta da pauta a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 83/2015, que cria a Autoridade Fiscal Independente (AFI). O presidente do Senado, Renan Calheiros, é o autor da proposta, que faz parte da Agenda Brasil. O objetivo da PEC, segundo o presidente, é criar um ambiente fiscal mais seguro e previsível, que não dê margens a manobras e pedaladas fiscais.

Ao explicar a proposta, Renan disse que a autoridade será um órgão técnico, apartidário e autônomo, com a missão de avaliar, continuamente, a política fiscal adotada no país. Ligada ao Congresso Nacional, será composta de um quadro de servidores

concursados, liderados por um diretor-geral, com a função de emitir alertas em caso de excessos administrativos nos gastos públicos. Esses alertas podem ser dados por meio de documentos, análises, relatórios ou declarações da autoridade fiscal, que devem ser consistentes e ter a maior transparência possível.

O substitutivo de José Serra (PSDB-SP) à PEC 83/2015 foi rejeitado no início de outubro, em meio a muita polêmica. O texto reunia 14 emendas apresentadas à PEC e obteve apenas 40 dos 49 votos favoráveis que necessitava para ser aprovado. Foram 19 votos contrários. Com a rejeição do substitutivo, a proposta original de Renan foi retomada.

Fundo Penitenciário

A pauta também traz o Projeto de Lei do Senado (PLS) 25/2014, que determina que

os créditos orçamentários programados para o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) não serão contingenciados, independentemente da situação fiscal do governo. O texto, de Ana Amélia (PP-RS), também proíbe que haja imposição de limites à execução da programação financeira relativa às fontes vinculadas no Funpen, exceto quando houver problemas na arrecadação das receitas correspondentes. A matéria também faz parte da Agenda Brasil e foi aprovada na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional em 21 de outubro.

A pauta do Plenário ainda traz a PEC 110/2015, de Aécio Neves (PSDB-MG), que restringe os cargos comissionados na administração pública. A proposta já passou por cinco sessões de discussão em primeiro turno e já pode ser votada em segundo turno.

Jovem Senador 2015 encerra com votação de propostas

Estudantes que venceram concurso de redação e tiveram mandato parlamentar por uma semana apresentaram proposições, que, se aprovadas pelos senadores, serão transformadas em projetos de lei



A EDIÇÃO DE 2015 do Projeto Jovem Senador encerrou na sexta-feira com a votação, em Plenário, das propostas apresentadas pelos estudantes.

Por uma semana, os jovens senadores acompanharam os trabalhos das comissões do Senado e também apresentaram projetos. Entre eles, o reconhecimento de experiências extraescolares nos processos seletivos de universidades, a comprovação do uso legal de madeira nativa para obras públicas e a disponibilidade de espaços de recolhimento

de assinaturas para projetos de iniciativa popular.

As propostas votadas agora serão analisadas pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e, se acatadas pelos senadores, passam a tramitar no Senado como projetos de lei.

Os participantes destacaram a oportunidade de acompanhar de perto o processo legislativo. Para o presidente do conselho do projeto, Eduardo Amorim (PSC-SE), a aproximação dos jovens com a política é um instrumento para melhorar o país.

— O que eu destaco é a motivação e o uso das redes sociais como um instrumento de conscientização e de

entender política como uma missão. Este ano nós tivemos um participante indígena e as mulheres em número duas vezes maior do que o de homens.

Para a presidente da Mesa Jovem, Cindyneia Cantanhêde, do Maranhão, a principal oportunidade do projeto é permitir que os estudantes levem para suas comunidades a experiência e o conhecimento adquiridos.

— Estamos tendo a oportunidade de aprender um pouco mais sobre o processo legislativo e também efetivar a participação política através de projetos de lei. Antes de vir, fiz um estudo breve, mas a efetivação e a prática dele é bem mais complexa e efetiva.

Mariana Pimenta, a jovem senadora de Minas Gerais que venceu o concurso de redação, convida os jovens a participar:

— É muito interessante saber como funciona o trabalho de um senador e todo esse processo. Acho que vale muito a pena participar desse concurso. Eu sabia só o básico, que é muito pouco. Vindo aqui percebi o quanto eu não sabia e foi muito bom aprender sobre isso.

Visite a página do programa:
www.senado.leg.br/jovensenador



Jovens senadores votaram, na sexta, no Plenário, propostas discutidas por eles

Senado repudia terrorismo e presta solidariedade

O Senado aprovou requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) que repudia todas as formas de terrorismo. Os senadores também ressaltaram a necessidade de redobrar esforços internacionais, inclusive diplomáticos e militares, no combate às ações de grupos que desrespeitam os mais básicos princípios e valores da humanidade.

No requerimento, os parlamentares ainda apresentaram voto de solidariedade aos povos francês, libanês e turco diante dos atentados ocorridos em Paris, Beirute e Ancara.

Durante a votação do requerimento, na quinta-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, leu a carta que enviou ao presidente do Senado francês, Gérard Larcher. Na carta, Renan se solidariza com o governo e o povo franceses e condena os atentados terroristas ocorridos em Paris.

O presidente da CRE é Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que foi o relator do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 101/2015, que tipifica o crime de terrorismo. O projeto, aprovado pelo Senado em 28 de outubro, prevê pena de reclusão de 16 a 24 anos em

regime fechado para quem praticar o ato. Mas se o crime resultar em morte, a reclusão será de 24 a 30 anos. O texto aprovado pelos senadores terá que ser analisado novamente pelos deputados, antes de ser transformado em lei.

A condenação aos atos terroristas em Paris também foi destaque no Plenário no início da semana. A maioria dos parlamentares que usaram a tribuna na segunda-feira falaram sobre o assunto, além de cobrarem a responsabilização dos culpados pela tragédia em Mariana (MG), que atinge também o Espírito Santo.

Sessão temática debate desastre em Mariana

O Senado promove na quarta-feira sessão temática para debater as consequências do desastre ambiental em Mariana (MG). Foram convidados os governadores de Minas Gerais, Fernando Pimentel, e do Espírito Santo, Paulo Hartung, e a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Também devem participar o diretor de Coordenação

da Itaipu Binacional, Nelton Miguel Friedrich; o ambientalista e fotógrafo Sebastião Salgado; e representantes da mineradora Samarco, da Vale e do Ministério Público Federal.

A sessão foi requerida por Jorge Viana (PT-AC), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), entre outros.

Na terça-feira, Zeze Perrella

(PDT-MG), Wilder Morais (PP-GO) e Sérgio Petecão (PSD-AC) foram a Mariana verificar os danos. Eles defenderam que o Congresso aprove um código de mineração que proteja o meio ambiente. Também na terça o Plenário aprovou a criação de uma comissão temporária especial para revisar a legislação que trata da segurança das barragens.

ACONTECEU NO SENADO



Sessão do Congresso, presidida por Renan Calheiros, em análise de vetos

Congresso derrubou veto a voto impresso em eleição

O Congresso Nacional derrubou na quarta-feira dois dos vetos da presidente Dilma Rousseff. O primeiro suspendia a parte da reforma política que previa a impressão dos votos. Com isso, fica valendo o texto como saiu do Parlamento: a urna eletrônica imprimirá o registro de cada voto, que será depositado em local lacrado, sem manipulação do eleitor. Senadores e deputados também derrubaram o veto ao prazo de 15 dias para que os bancos transfiram para estados e municípios o dinheiro referente a depósitos judiciais e administrativos.

DOZE VETOS FORAM MANTIDOS PELOS PARLAMENTARES

Entre os 12 vetos aceitos pelo Congresso, está o do reajuste dos servidores do Judiciário. O PLC 28/2015 foi vetado integralmente pelo Executivo, por comprometer o equilíbrio fiscal do país. O texto previa aumentos entre 53% e 78,5%, que custariam aos cofres públicos cerca de R\$ 36 bilhões até 2019. Também foram mantidos os vetos ao reajuste dos benefícios de aposentados e pensionistas do INSS pelas mesmas regras do salário mínimo e o que impedia candidatos ou partidos políticos de receber dinheiro de pessoa jurídica para campanha eleitoral. Parlamentares também concordaram com os vetos à possibilidade de professor deduzir do IR valor gasto com a compra de livros e à criação de 120 novos cargos no Ministério Público da União.

BNDES MANTÉM RECURSOS PARA FINANCIAR RODOVIAS

Na quarta, a Comissão de Serviços de Infraestrutura ouviu o chefe do Departamento de Transportes e Logística do BNDES, Cleverson Aroeira, que garantiu o financiamento para concessionárias de rodovias.



Waldemir Bornetto/Agência Senado

NOVA COMISSÃO DO SENADO VAI DISCUTIR GOVERNANÇA

O Senado instalou, na quarta-feira, a Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública. O objetivo é discutir e acompanhar a modernização das práticas gerenciais na administração pública federal.



Pedro França/Agência Senado

INVESTIGADOS PERMANECERAM CALADOS NA CPI DO CARF

A CPI do Carf recebeu na quinta-feira o empresário Alexandre Paes dos Santos e o ex-conselheiro do Carf José Ricardo da Silva, dois dos principais investigados na Operação Zelotes, da Polícia Federal. Os dois depoentes ficaram calados na maior parte da audiência.

BLOQUEIO DE CELULAR PODERÁ SER PROIBIDO

Operadoras de telefone celular poderão ser proibidas por lei de bloquear os aparelhos que vendem para uso de chips de concorrentes. A proibição foi aprovada na terça pela Comissão de Ciência e Tecnologia.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

A Comissão de Meio Ambiente discutiu na terça-feira a falta de prioridade para os projetos que envolvem o Rio São Francisco. O presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA), cobrou ações para revitalizar o rio.



Marcos Oliveira/Agência Senado

CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS DEBATEU RACISMO E VIOLÊNCIA

Na segunda-feira, a CPI do Assassinato de Jovens analisou a violência institucional e o racismo contra jovens negros. Os participantes pediram o cumprimento da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileiras no ensino fundamental e médio.